



“O DESEJO DE BATUCAR E DANÇAR ERA MAIOR DO QUE O MEDO”: RISCOS E LUTAS COTIDIANAS DOS ESCRAVIZADOS EM DIFERENTES ESPAÇOS NO PERNAMBUCO DO SÉCULO XIX

Ismaelene Maria Souza dos Santos

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

ismaelene.2020201848@unicap.br

RESUMO: Os levantes de escravizados foram extremamente vastos e diversos no decorrer do século XIX pernambucano. Porém, se afunilarmos nossa lente, é possível perceber diferentes táticas de existências no contexto urbano durante o mesmo período. A partir disso, o uso do tempo livre e a presença dos escravizados em espaços de divertimentos tiveram papel fundamental nas formas de resistência no Pernambuco oitocentista. Para conseguirem alcançar esses objetivos, era necessário burlar e negociar permissões ou desafiar pequenos e grandes limites existentes nessa sociedade escravocrata. Trabalharemos aqui, tentando investigar essas resistências e táticas para aproveitarem ou usurparem de seu descanso. De maneira de expressarem tentativas de se colocarem como corpos em existência através desses tempos, espaços e pessoas, contradizendo toda a estrutura social que lhe eram impostas. Bem como, na ocasião de surgirem qualquer fresta, poderem aproveitar com o máximo âmago que lhe pudessem conseguir. Nessa perspectiva, a análise de locais como tabernas, maracatus e batuques revelam que, além de momentos de recreação, esses espaços serviam como pontos de encontro e fortalecimento de redes de solidariedade e sociabilidade. Dessa forma, propomos enxergar esses breves momentos como uma negociação e conquistas advindas de lutas cotidianas e modos de sobrevivência. Partindo da ideia de que o tempo atuava como um instrumento de controle social, buscamos compreender as estratégias utilizadas para ultrapassar esse sistema, bem como a escolha de alguns escravizados ao permear em determinados lugares. A investigação se apoia nas fontes preservadas nos jornais da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, que permitem construir e examinar a discussão aqui estabelecida através dos escritos diários. Desse modo, torna-se possível compreender como os sujeitos escravizados, inseridos na sociedade pernambucana oitocentista, elaboraram táticas de sobrevivência e de

existência, construindo, nos instantes que o tinham, pequenas brechas de processos de liberdade no interior do regime escravista dentro do Pernambuco oitocentista.

Palavras-chave: Escravizados. Resistência. Sociabilidades. Estratégias. Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O Recife do século XIX passou por variadas transformações e reformas dentro de sua estrutura urbana e arquitetônica. Através de ruas, edificações, praças, entre outros. Estruturas essas que passariam a ser permeadas por comemorações e festividades. Um dos períodos mais destacados dentro da historiografia por causa dessas mudanças são os anos de 1840, devido ao governo de Francisco de Rego Barros, homem que fazia parte do Partido Conservador, futuro Barão - depois Conde - da Boa Vista.

Uma das construções iniciadas da qual se destaca até os dias atuais é o Teatro Santa Isabel, lugar do qual prestigiou diversos espetáculos, peças e bailes para os mais abastados da sociedade oitocentista, muitas vezes buscando o tão sonhado progresso. Esse é um ambiente entre tantos outros espaços construídos fisicamente e simbolicamente nessa sociedade. Porém, os divertimentos não alcançavam somente a eles. Como nos ensina Lídia Santos, “os hábitos festivos, especialmente das camadas populares, geralmente eram lembrados quando eram associados a questão de desordem (2011, p. 32). Dessa forma, a socialização pode envolver conversas, encontros, danças, comemorações, reuniões, festividades e afins, nas ruas ou em estabelecimentos, não há regra imposta, mas tempo e disposição investidos.

Além disso, o dia a dia era como um campo de luta. As desavenças e tensões faziam parte do cotidiano da cidade e áreas próximas. Dentro das tabernas, nas pontes, rios, praças, ruas e vielas, mesmo quem se encontrasse em um contexto social diferente, cada indivíduo visava sua forma de diversão, tendo alguns, que lutar por ela. A questão da atuação do poder na escravidão atravessava a ótica braçal. O domínio sobre quando, quanto, como e onde trabalhar se entrelaça com a definição de quando não o fazer. Não somente, “além de controlar seu tempo de lazer, os escravos lutavam pelo direito de até interromper suas tarefas na produção para se divertir. Lutavam, em suma, para ampliar o tempo dedicado à festa” (REIS, 2002, p. 113).

Assim, percebemos que o uso do tempo também estava associado à vida. Destacamos Edward Palmer Thompson para pensarmos esses momentos de divertimentos, disputa por tempo livre e o controle social desses corpos, como também, partindo com a ideia da elaboração e permanência de costumes do cotidiano (THOMPSON, 1998, p. 268) que estava intrínseca na sociedade escravista pernambucana na primeira metade do século XIX. Seus estudos possibilitaram análises dos momentos conquistados ou tomados por indivíduos marginalizados e na manutenção das instituições das quais tinham o poder de autoridade sobre eles, em que tentavam incansavelmente impor novos costumes de “civilidade”. Dessa forma, investigar como esses indivíduos utilizavam o uso do tempo é de importante impacto para pensarmos a dinâmica social atuante no contexto da primeira metade do oitocentos.

Entretanto, a normatização para o aproveitamento dos divertimentos não era tão leve. Havia diversas críticas nos jornais sobre as festas, práticas ou manifestações. Sejam elas entrelaçadas por grupos políticos, a massa popular ou escravizados. Sendo esse último o mais reprimido, visto como uma afronta aos bons costumes. Com essa perspectiva, temos a atuação das Posturas Municipais,

sendo leis que visavam regulamentação da vida pública, a limpeza e conservação da cidade, construção de edifícios, o funcionamento dos comércios e como as pessoas deveriam se comportar em sociedade (Clarissa, 2008, p. 45).

Como aponta em sua tese de doutorado, Lídia Santos nos revela a análise dessas leis que apontam diretamente a influência com as formas de divertimentos. Mesmo as festas não sendo um assunto de grande destaque nas posturas de Recife na primeira metade do século XIX, ela analisou os artigos que faziam referência aos festejos, relacionados ao controle de fogos, sinos, jogos, as formas de comemorações religiosas e espaços de divertimentos (2018, p. 158).

Não somente, ainda segundo Santos, destacando um dos primeiros códigos em que é estipulado as tavernas, barracas que vendem molhados e casas públicas de bebidas, proibindo-as de ficarem abertas após o toque de recolher e não permitir ajuntamentos de pretos e vadios (2018, p. 160). É perceptível que o medo em relação aos escravizados era constante, seja em espaços fechados, abertos ou o ir e vir nas ruas. Os grilhões, além de serem instaurados, deveriam ser verificados a cada suspeita de desvio da ordem estipulada. Porém, não há limites de casos de insurgência indo contra essas correntes. Além disso, analisando o controle de cativos após a década de 1840, Nunes afirma, pela frequência e importância que apareciam, que

- 1º) proibindo os ajuntamentos de escravos nas casas comerciais e em sambas e batuques;
- 2º) proibindo a venda de bebidas alcoólicas para eles;
- 4º) proibindo jogarem;
- 6º) proibindo dar asilo a escravo fugido;
- 7º) e de escravos andarem na rua depois do toque de recolher.

A partir disso, conseguimos perceber a permanência e os apertos das correntes que enlaçavam os pulsos dos escravizados, atravessando os encontros e qualquer possibilidade de toques de tambores. Os tentando controlar para impedir a sociabilidade e as manutenções de suas redes de solidariedades, visto que esses encontros podiam ser uma pausa do cotidiano árduo do trabalho escravo e significar momentos de prazer, alegria, dispersão e - provavelmente - elaboração de estratégias. Porém, as proibições impostas e discutidas não eram suficientes para impedir essa resistência e as expressões de liberdade que poderiam conquistar.

Por outra perspectiva, os níveis com mais poder não deixavam passar a oportunidade de se aproveitar dessas festividades e comemorações cívicas. Como forma de intensificar as disputas políticas, alguns se apropriavam dos momentos para vender seu peixe ou causar mais embates em seus adversários, principalmente nas páginas dos periódicos.

Ao começar a função que acompanhavam algumas iluminações, os vivos à independência misturaram-se com gritos de “morram os guabirus e marinheiros.” Às vozes festivas somava-se uma disputa verbal que foi característica do movimento praieiro. Em meio à confusão, as mangas e castiçais foram quebrados quando derrubaram a armação da iluminação. Segundo o Guarda Nacional, “envergonhados de semelhante excesso de embriaguez, determinaram emendar-se na noite de 7.” Os praieiros teriam aumentado o sebo e conseguidos novas mangas para iluminação e chamado o subdelegado da vila para manter a ordem (SANTOS, 2018, p. 116).

Entretanto, não era somente a elite que tinha suas estratégias utilizando os divertimentos e o tempo livre, com isso

Os negros parecem atentos e, por toda parte, agem nos momentos mais oportunos, quando a sociedade está dividida, seja por guerra de invasão, seja por dissensões internas, seja ainda nas ocasiões festivas, sobretudo o Natal, quando o aparelho repressivo é relaxado. Muitos, por toda parte e em todos os períodos, aproveitam-se das desarrumações da casa (SILVA; REIS, 1989, p. 74).

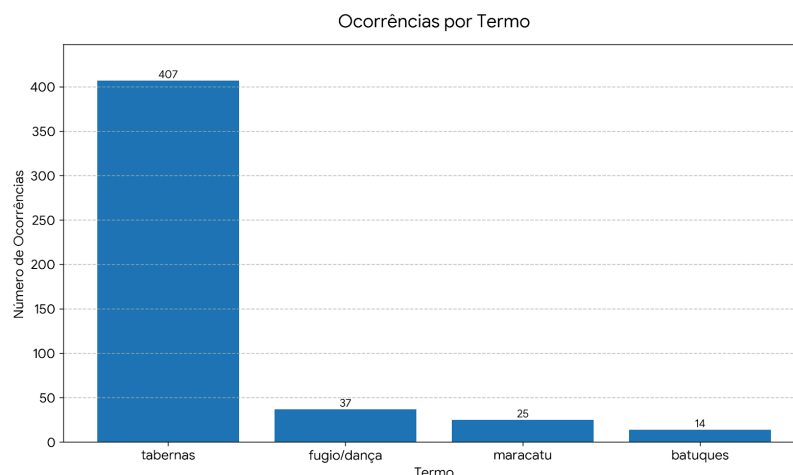
Seja para investir esse momento em elaborações de estratégias, socializando ou fugindo em busca de espaços de divertimentos. As possibilidades eram amplas, mas constantemente resistindo e lutando em busca de sobreviver ao sistema atuante.

1 O USO DOS ESPAÇOS DE DIVERTIMENTOS

A partir da utilização dos jornais como fonte de pesquisa, conseguimos notar como era o dia a dia na cidade do Recife, a busca foi estabelecida a partir de termos filtrados dentro da plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional na década de 1840 a 1849, observando as discussões políticas, os incômodos que as pessoas poderiam expressar e anúncios publicados em suas páginas. A investigação através dos termos desses espaços destacados, podem revelar o funcionamento do cotidiano no século XIX e nos ajudam a entender o contexto daquele período. Contudo, não queremos conceituar esses ambientes, mas entender os usos que lhe eram impostos pelos escravizados, quando os tinham oportunidade.

Os jornais são fontes históricas fundamentais para estudar tanto a vida das elites quanto a dos grupos mais pobres, permitindo analisar não só o conteúdo das mensagens, mas também como o jornal era organizado. No caso específico do Diário de Pernambuco, os avisos diversos, vendas de itens ou os anúncios de fugas que geralmente aparecem na 3ª ou 4ª páginas, trazendo detalhes dos escravizados e os possíveis locais para onde fugiram.

Figura 1. Quantitativo das ocorrências por termos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo a quantidade maior de ocorrências, no ambiente que tange as tabernas, elas constituíam espaços ocupados não apenas por indivíduos escravizados, mas por uma vasta gama das camadas populares. Existiam a presença da classe subalternizada, sendo os mais atuantes de cativos, livres e libertos, além de infratores, patrulheiros e caixeiros, promovendo uma aglutinação social ímpar. constituíam espaços ocupados não apenas por indivíduos escravizados, mas por uma vasta gama das camadas populares. Conforme destaca Lídia Santos, “As tabernas estavam cotidianamente cheias de ‘homens comuns’, afinal esse era um dos lugares em que transcorriam as atividades lúdicas da população pobre” (2011, p. 111).

Nesse sentido, esses espaços funcionavam como palcos para debates políticos, manifestações com música e dança e o comércio de produtos dados como ilícitos, como as bebidas espirituosas, e itens como fumo, madeira, alimentos, sendo alguns deles encontrados entre as ocorrências iniciais nos anúncios de jornais foram: a compra e venda de espaços de tabernas; anúncios de vendas (ou não) de bebidas espirituosas; notas falsas; procura de empregos (menos em uma taberna), destacando a aversão a esse ambiente; cobrança de dívidas por itens consumidos dentro do espaço; pessoas brigando. Em relação ao itens, a partir de uma visão geral, da qual ainda está em processo de análise, temos os seguintes achados:

Figura 1. Quantitativo das ocorrências por termos.

Alguns itens a venda dentro das tabernas no período de 1840-1849 a partir do jornal <i>Diário de Pernambuco</i>	Carnauba
	Azeite doce
	Azeite de carrapato
	Espírito de vinho
	Arroz pilado
	Café (grãos e moído)
	Feijão mulatinho e branco
	Madeira de louro
	Óleo para marceneiro
	Escravizados

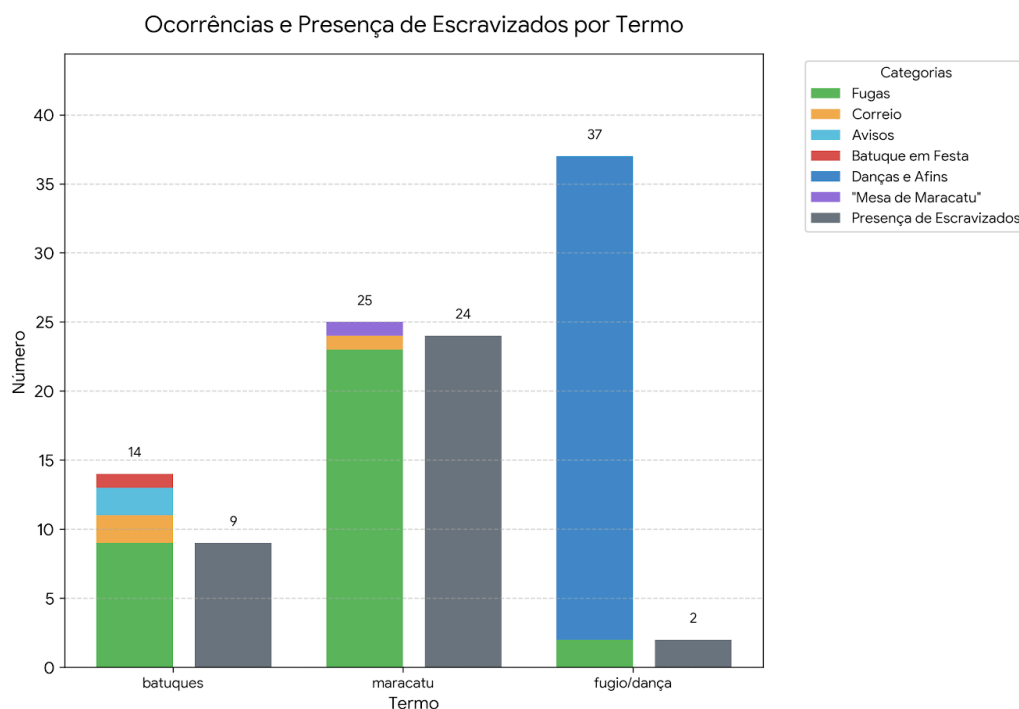
Ademais, a taberna servia como eventual refúgio para escravizados em fuga e como alicerce para a edificação e manutenção de redes de solidariedade e sociabilidade. Nesse sentido, é fundamental analisar o papel do taberneiro nessa conjuntura. Sua posição era ambivalente: podia manifestar um antagonismo em relação aos fregueses, derivado de sua condição de proprietário, ou, inversamente, estabelecer laços de proximidade com a clientela, assimilando os costumes e códigos de conduta do grupo que orbitava seu comércio (CHALHOUB, 2001, p. 265). Conseguimos perceber isso com a descrição de um sumário exposto no jornal sobre o acoitamento de um negro que acabou gerando uma confusão imensa

Vistos estes autos de sumario a que se procedeo pela parte, dada pelo inspector Bento Gomes Pereira contra Luiz José Marques, Manoel Vieira, o mulato Manoel, escravo de Joaquim Gonçalves Bastos, João da Silva Oliveira e José da Silva Oliveira, constando dos depoimentos das testemunhas, que Luiz Jose Marques desobedecera formalmente ao mandato do inspector Bento Gomes Pereira, para que o fechasse sua taberna depois de oito horas e meia da noite, e que, passando segunda vez o dito inspector com a patrulha rondante, depois de nove e meia, ainda achara a mesma taberna aberta, e cheia de gente em tumulto, contra a expressa disposição da lei; e ordenando segunda vez, que se fechasse a taberna, no acto de lançar fora os que estavam dentro, salta de dentro do balcão o mulato Manoel, com uma faca de ponta, tentando ferir mortalmente o dito inspector, dando-lhe duas estocadas, pelo que acha-se compreendido o dito mulato Manoel, escravo de Joaquim Gonçalves Bastos, na tentativa do artigo 201, e o caixeiro da taberna, Manoel Vieira, como cúmplice, e o dono da mesma, Luiz José Marques, João da Silva Oliveira, e José da Silva Oliveira. A vista do que, e do mais que consta dos autos, obrigo a prisão e livramento ao dono da taberna, Fuão, Fuão, Fuão, Fuão, e João da Silva Oliveira, o escrivão os lance no rol dos culpados, e passe as ordens necessarias, para serem presos os sobreditos réus, e siga o seu regimento (Diario de Pernambuco, 7 de jun. de 1845. Edição 164, p. 2).

Observa-se um comportamento em que os taberneiros agiam de forma relativa, aliando-se aos segmentos que lhes garantisse maior proveito ou proteção no momento. Entretanto, é inegável o uso desse espaço para a construção dessas redes de contatos, lazer e divertimentos, não somente para os escravizados, mas para diversos indivíduos que permeiavam o contexto da primeira metade do século XIX.

Paralelamente, outra forma de divertimentos exercidos pelos escravizados, quando as circunstâncias permitiam, eram os batuques/maracatus, dependendo de como eram citados nos jornais. Enquanto as normas e posturas municipais empenhavam-se em desestruturar e coibir as aglomerações de cativos, os batuques operavam um movimento de resistência, reforçando os vínculos comunitários em oposição ao controle institucional.

Figura 1. Quantitativo das ocorrências e suas classificações.



Fonte: Elaborado pela autora.

No quantitativo das ocorrências por termos, conseguimos perceber as vezes que as palavras aparecem de modo geral e com a presença de escravizados. Tendo os “batuques” e “maracatu” em sua maior quantidade, enquanto “fugio/dança” se destacam no contexto das festividades, bailes ou em anúncios que eram oferecidos aulas de danças, somente duas ocorrências mostram essa presença de cativos nas páginas.

Enquanto isso, na perspectiva dos usos dos batuques, notamos a presença de grande maioria das ocorrências relacionadas às fugas. Além disso, a discussão sobre como diferenciar os espaços de batuques e maracatu é um tanto ambígua. Martha Abreu afirma que “As festas negras do tempo do cativo, em geral denominadas genericamente pelas forças de repressão de “batuques”, acompanhados de tambores, palmas, percussão, cantos e danças, eram locais de resistência em vários aspectos” (2024, p. 16). Por outro lado, temos Lídia Santos nos evidenciando que sobre o maracatu “Entedemos que, na primeira metade do século XIX, seja um espaço para o divertimento dos homens comuns, com música e danças características dos negros” (2018, p. 189). Porém, acredito que seja evidente o aproveitamento desses espaços de modo efetivo aos escravizados. Seja para lembrarem quem eram, quem são, criando experiências e realizando a permanência de tradições se articulando entre os seus durante o cotidiano. Dessa forma, temos o anúncio de fuga de Luiza:

No dia 20 de mez p.p desapareceu uma escrava de nome Luiza, de nação Congo, de 30 e tantos annos, tem falta de 2 dentes na frente, levou vestido de chita desbotado com babados, e um pano da costa um pouco usado, sahio a vender azeite, e foi vista de noute no batuque das 5 pontas; quem a pegar leve a rua do Queimado, loja de fazendas n. 52, que será recompensado (Diario de Pernambuco, 5 de set. de 1843. Edição 191, p.4).

Luiza, provavelmente, devido ao seu trabalho de ganho tinha bastante contatos na cidade do Recife. Possibilitando as andanças, vendas e acoitamentos. A sua fuga para o batuque talvez não tenha sido tão difícil por ser perto de onde ficava seu dono. A rua do Queimado ficava localizada no Bairro de Santo Antonio, bem como o 5 pontas, possivelmente um batuque perto do Forte das Cinco Pontas. Entretanto, os esforços e os castigos que a fuga poderia trazer se fosse capturada, nos faz pensar os motivos de ir para um local perto da vista de seu senhor. Poderia ter sido uma fuga reivindicatória (SILVA; REIS, 1989, p. 63), uma escapadela de poucos dias para se divertir. Ademais, poderiam existir pessoas das quais ela já conhecia nesse determinado espaço. Laços que precisavam de presença e manobras arriscadas para se concretizarem. Ou Luiza queria apenas se divertir naquele momento oportuno após um longo dia de trabalho.

Porém, havia diversos embates sobre a ideia de permissão ou repressão das festas negras e, em alguns momentos, mesmo sendo ideias antagônicas, poderiam caminhar lado a lado, principalmente relacionado ao lazer desses indivíduos. Alguns acreditavam que permitir tais manifestações ou celebrações amenizaria as tensões sociais vindas dos escravizados, e provavelmente as possíveis rebeliões. Uma forma de manter a “paz” nas senzalas (FARIAS et al., 2006:128). A partir disso, conseguimos perceber que essa possível dualidade poderiam ser diferentes formas de manter o controle institucional ativo sobre os escravizados.

Os usos desses espaços podiam, possivelmente, prevalecer a ideia e o sentimento de encontrar uma maneira de permanecer vivo - não somente com vida - em meio a violência e perseguição, se afastando da visão de ser somente uma “coisa” para o sistema. Com a constante busca por um breve suspiro de liberdade em meio ao caos, diminuindo o peso de seus corpos na tentativa de se encontrarem ao encontrar os seus nesses momentos de sociabilidades, por vezes permitido, mas continuamente conquistados.

Aqui, não tentamos definir que o uso desses espaços fossem um paraíso para os cativos. No entanto, por mais que pudessem encontrar a existência de correntes e cadeados em cada praça, viela, becos e esquinas, muitos escravizados visualizavam brechas para fugir e obter um tempo de lazer, uma ação próxima do que poderia ser a liberdade longe dos grilhões ou manifestar seus costumes que tinham em suas terras.

Portanto, buscamos destacar os usos sociais nos espaços de divertimentos e proveito do tempo livre conquistado por diferentes grupos sociais, principalmente escravizados. Assim, conseguimos visualizar as tensões e repressões de diferentes instituições e setores da sociedade oitocentista, como também, suas estratégias e resistências para a permanência dessas práticas e esses costumes. Destacando esses momentos e a oportunidade de criação e manutenção de suas redes de sociabilidades e solidariedades. Logo, se rebelando contra costumes impostos de maneira ofensiva, concordamos quando Reis enfatiza que com a ação dos tambores, o africano celebrava a vida como sabia, e naqueles momentos se libertava do branco e de suas maneiras de ser, experimentando uma pequena, nem que seja minúscula, centelha de liberdade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Festas negras: direitos e modernidade musical no Rio de Janeiro, séculos XIX/XX. *ArtCultura*, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 14–34, 2024. DOI: 10.14393/ap8pxp85. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/77898>. Acesso em: 19 dez. 2025.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2022.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os símbolos do “progresso” e a “populaça” do Recife, 1840- 1860. In: BATISTA, Marta Rossetti (org.) *Cidades Brasileiras: políticas urbanas e dimensão cultural*. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1998.
- CAVALCANTI, Carlos. *O Recife e seus bairros*. 6º ed. Camaragibe: CCS Gráfica e editora, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COSTA, Valéria. A cidade do Recife no atlântico negro: tráfico, escravidão e etnicidades no século XIX. In: CARVALHO, Marcus J. M. de (org.). *O tráfico de escravizados para Pernambuco: agentes, política e sociedade (séculos XVII a XIX)*. Recife : Editora UFPE, 2024.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- MAIA, Clarissa Nunes. Sambas, Batuques, Vozerias e Farsas Públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco (1850-1888). *Revista Clio*, v. 16 n. 1 (1996): Jan-Dez, p. 65-73, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24883>. Acesso em: 13 de jul. 2025.
- MAIA, Clarissa Nunes. *Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no século XIX (1850 - 1888)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- MELO, Emerson Costa. ENTRE “CANTOS” E “BATUQUES”: territórios e territorialidades negro-africanas na cidade de salvador no século XIX. *Revista Cerrados, Montes Claros/MG*, v.17, n.2, p. 03-24, jul./dez.-2019.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

REIS, João José. *Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Das festas aos botequins: organização e controle dos divertimentos no Recife*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2011.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Luminárias, músicas e "sentimentos patrióticos": Festas e política no Recife (1817-1848)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. *Justiça, Controle Social e Escravidão em Meados do Século XIX*. *Revista Documentação e Memória*, v. 1, p. 94-115, 2009.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre sobrados e mucambos: escravidão e resistência negra no Recife oitocentista (1830-1850)*. Recife: Editora da UFPE, 2022.

SOTO, Maria Cristina Martínez. *Pobreza e Conflito: Taubaté: 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum – Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.